

DOENÇAS E CAUSA MORTIS DOS ESCRAVIZADOS E LIBERTOS DE **TERESINA- PI ENTRE 1869 E 1877**

Talyta Marjorie Lira Sousa¹

Resumo: Um dos principais objetivos do estudo do passado é investigar as permanências e as rupturas ocorridas ao longo do tempo em um dado espaço. O objetivo desse trabalho é analisar a condição de saúde, a causa da morte e as doenças dos escravizados e libertos na cidade de Teresina na segunda metade do século XIX. Escolhemos o recorte espacial e temporal baseados no Livro de Óbito da freguesia de Nossa Senhora das Dores entre os anos de 1869 a 1877, visto que este é o único registro paroquial disponível acerca dos óbitos de escravizados e libertos na cidade de Teresina. No que diz respeito ao levantamento da documentação, recorreremos às fontes primárias existentes no Arquivo da Casa Paroquial de Nossa Senhora do Amparo e Arquivo Público do Estado do Piauí. Essas informações nos ajudam a compreender a vida cotidiana e as condições de saúde desses sujeitos históricos que ao longo do tempo, foram anônimos e silenciados por uma produção historiográfica tradicional.

Palavras-chave: História; Escravizados e Libertos; Registro de Óbito; Condição de Saúde; Doenças.

DISEASES AND DEATH CAUSE OF SLAIDS AND RELEASED FROM TERESINA- **PI BETWEEN 1869 AND 1877**

Abstract: One of the main objectives of the study of the past is to investigate the permanences and ruptures that occurred over time in a given space. The objective of this work is to analyze the health condition, the cause of death, and the diseases of the enslaved and freed in the city of Teresina in the second half of the 19th century. We chose the spatial and temporal cutout based on the Book of Death of the parish of Our Lady of Sorrows between the years 1869 and 1877, since this is the only available parochial record about the deaths of the enslaved and freed in the city of Teresina. As far as the survey of documentation is concerned, we have recourse to the primary sources existing in the Archives of the Parish House of Our Lady of Amparo and the Public Archives of the State of Piauí. This information helps us to understand the daily life and health conditions of these historical subjects who,

¹ Doutoranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2019), Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2012), Especialista na área de Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola pelo Centro de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal do Piauí (2015). E-mail: talytamarjorie@gmail.com (<http://lattes.cnpq.br/2106527063349046>)

over time, have been anonymous and silenced by a traditional historiographic production.

Keyword: History; Slaves and Freed; Death Registration; Health Condition; Diseases.

Introdução

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de 1869, foi sepultada no cemitério público da cidade de Teresina-PI, a escravizada Victoria, natural da freguesia de Santo Antônio de Campo Maior, Piauí, aos quarenta anos de idade, de dor de estômago². A partir da descrição do Livro de Registro de Óbitos da Igreja de Nossa Senhora das Dores, foi possível perceber a riqueza de informações e as várias possibilidades de pesquisas contidas nos registros eclesiásticos. O estudo desses registros eclesiásticos permitiu aos historiadores debruçarem-se sobre as dinâmicas sociais, possibilitando-lhes construir taxas de mortalidade e examinar as condições de saúde, as atitudes diante da morte e os ritos fúnebres da população teresinense³.

Os livros de registro paroquiais passaram a ser fonte excepcional para os historiadores a partir da escola dos Annales, quando a história deixou de privilegiar os grandes eventos e passou a contemplar o cotidiano de personagens desconhecidos. A escola dos Annales propôs novos objetos, problemas e abordagens para a disciplina histórica, além de defender uma concepção crítica sobre as fontes e o uso de aportes analíticos de outras ciências, objetivando assim a interdisciplinaridade. Desenvolveu-se, então, a chamada Demografia Histórica, com estudos sobre a reprodução humana, crescimento demográfico, nascimentos, casamentos e taxas de

² ARQUIVO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO. Registros de Óbitos da Freguesia Nossa Senhora das Dores, 1869-1877.

³ SOUSA, Talyta Marjorie Lira. *Filhos do Sol do Equador: as vivências e experiências cotidianas de trabalhadores negros na sociedade teresinense no final do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012, p. 83.

mortalidade.

Os pesquisadores Louis Henry e Michel Fleury tornaram-se referência nessa temática de estudo, criaram uma metodologia para a coleta e análise das informações contidas nos registros paroquiais franceses e utilizaram essa documentação para reconstruir o comportamento das populações que viviam em outros regimes demográficos. A metodologia da Demografia Histórica teve ressonância no Brasil a partir dos trabalhos produzidos por Maria Luiza Marcílio e Altiva P. Balhana⁴.

A partir dessa renovação temática, das mudanças ocorridas na escrita dos historiadores e da ampliação das fronteiras da crítica e da análise dos documentos, os registros eclesiásticos tornaram-se um valioso material de estudo sobre a vida cotidiana. De fato, as experiências de múltiplos sujeitos foram abordadas, proporcionando a reconstrução de processos históricos.

Nesse sentido, a Demografia Histórica influenciou as pesquisas no âmbito da Demografia da Escravidão. No seu bojo, surgiram reflexões sobre os movimentos de nascimento, casamento e óbito, sobre costumes, tradições e mentalidades, sobre a existência de família e matrimônio entre a população escravizada, sobre a ocorrência de compadrio e as redes de ajuda mútua⁵.

Dessa forma, podemos analisar as condições sociais de vida e morte de vários grupos populacionais. Ao investigar sobre as condições de saúde, doença e *causa mortis* dos cativos, é possível compreender o mundo sob a perspectiva desses sujeitos. Percebemos a vida dos escravizados e libertos a partir de pequenos fragmentos de frases, gestos e falas, muitas vezes

⁴ BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 162.

⁵ BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 141-172.

permeados de contradições, e de registros que, mesmo oficiais, nos dizem muito sobre a memória individual e coletiva desses grupos⁶.

As análises quantitativas e qualitativas referentes aos registros paroquiais nos levaram a indicadores básicos como a mortalidade infantil, o quadro nosológico, o panorama por sexo e idade, a causa da morte e a condição de saúde. Assim, o objetivo deste artigo é analisar a condição de saúde, a causa da morte e as doenças que incidiam sobre os escravizados e libertos na cidade de Teresina-PI, na segunda metade do século XIX.

O recorte espacial e temporal foi selecionado com base nos assentos do Livro de Óbitos da freguesia de Nossa Senhora das Dores entre os anos de 1869 e 1877, visto que este é o único registro paroquial disponível referente aos óbitos de escravizados e libertos na cidade de Teresina-PI.

Devemos ressaltar que a riqueza de informações contidas nas várias categorias de assentos apresentou-se como resultante das observações dos párocos responsáveis pela escrita do documento, registrando os pormenores do óbito. Foram analisados 69 assentos de óbitos entre escravizados e libertos, sendo que sete desses registros são de filhos(as) de cativas que nasceram após a Lei Rio Branco (Lei do Ventre Livre - 1871).

Inicialmente, traçaremos um panorama sobre a cidade de Teresina, observando como as relações escravistas estiveram presentes na trajetória de consolidação como capital da Província do Piauí. Em seguida, analisaremos os assentos de óbito, verificando as causas de mortalidade, quais doenças mais incidiam sobre a população cativa e liberta, os aspectos relacionados à faixa etária e sexo, à mortalidade infantil, e outras possibilidades de estudo que envolvem os livros de óbitos.

⁶ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: POLLAK, Michael. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 6.

Um olhar sobre a cidade

A cidade de Teresina foi fundada por meio da resolução nº. 315 de 21 de julho de 1852, que elevou a Vila do Poti à categoria de cidade. O Presidente da Província, José Antônio Saraiva, habilitou-se a fixar residência na nova sede do governo e pessoalmente inspecionar as obras provinciais que se realizavam⁷.

Para a nova capital foi transferida a sede do governo com todos os seus estabelecimentos e repartições públicas. Na sua fundação, a cidade de Teresina foi dividida administrativamente entre a freguesia de Nossa Senhora do Amparo e a de Nossa Senhora das Dores. O limite entre as freguesias se fazia por uma linha reta do pasto público de Teresina, no Rio Parnaíba, na Praça da Constituição (atualmente conhecida como Praça da Bandeira) até o porto chamado de Eufrásio, no Rio Poti. Segundo a Assembleia Legislativa do Piauí:

Art. 1º - A linha divisória da Freguesia de N. Senhora do Amparo da de N. Senhora das Dores da cidade de Terezinha começará da Rua Grande desta cidade de um e outro lado desde a margem do rio Parnaíba até a do rio Poti em linha reta e seguindo rio acima pelo lado direito até a ponte da Fazenda Calombi; S. Bento, Vereda, Cedro, Cocal, Coqueiro, Formosa e Boa Vista de Manoel Francisco Pereira e Silva, Providencia, Bom Sucesso de José Luis de Macedo, Brejinho, Buritizinho, Fazenda e João Vieira e extremado com a Freguesia de N. S. do Desterro (Marvão) em linha recta desta último lugar ficarão pertencendo os sítios e fazendas referidos a Freguesia de N. S. do Amparo⁸.

⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Livro de Registro de resoluções – 1852. Código das Leis Piauienses – 1852 / Tomo 13º Parte 1ª Secção 1ª – Resolução nº 315 Publicada a 21 de julho de 1853.

⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Resolução nº. 720. Teresina, 6 de setembro de 1870.

A freguesia de Nossa Senhora do Amparo recebeu o mesmo nome da padroeira da capital. Nessa freguesia estavam localizados os prédios da administração pública da Província, a Igreja Matriz, o mercado, as lojas e os armazéns da cidade. Segundo o censo de 1872, esta possuía 1.270 pessoas escravizadas, sendo 474 pardas e 796 pretas⁹.

A freguesia de Nossa Senhora das Dores tinha 19 bairros, ocupados na sua maioria por agricultores. No lugar estavam situados o Largo do Saraiva, a Estrada Nova e o “Barrocão” (atual Avenida José dos Santos e Silva). Esse local era onde se realizavam festas, missas cantadas, procissões, leilões aos domingos, e existiam muitos problemas urbanos como a falta de salubridade pública¹⁰, conforme observamos na imagem a seguir.

Figura 1. Rua Barroso rumo à Praça Saraiva. Teresina, 1910.

⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Recenseamento Geral do Império em 1872. Relatórios de Presidente de Província.

¹⁰ CHAVES, Monsenhor. *Obras completas*. Teresina: Fundação Cultura Monsenhor Chaves, 1998, p. 110.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí.

Em 1910, a Rua Barroso continuou com os mesmos problemas de meados do século XIX. O projeto urbanístico, no âmbito da salubridade pública e das condições sanitárias, começou a ser desenvolvido no final do século XIX. Os habitantes da cidade passaram a ser disciplinados, suas vidas ainda mais controladas e organizadas. Segundo Pedro Fontineles, as medidas de higienização na sociedade teresinense seguiam tendências nacionais e mundiais na busca pelo progresso, civilização, bem-estar e controle da saúde pública. Dentre esses fatores, o fenômeno da modernização refletia especificamente na urbanização e nas políticas sanitaristas adotadas. A cidade de Teresina seria moderna se fosse capaz de erradicar doenças associadas à falta de salubridade¹¹.

¹¹ FONTINELES FILHO, Pedro Pio. *Desafiando o olhar de medusa: a modernização e os discursos modernizadores em Teresina, nas duas primeiras décadas do século XX*. 2008. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Programa de pós-graduação em História do Brasil. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008, p. 59-60.

A freguesia de Nossa Senhora das Dores ficava suja e cheia de lama no período chuvoso e, no período seco, a poeira tomava de conta das ruas e casas¹². A população solicitava o melhoramento da freguesia através do calçamento, da construção do esgoto da Rua Barroso e de pontes que viabilizassem a movimentação das pessoas¹³.

Essa freguesia possuía, segundo o censo de 1872, 1.803 pessoas escravizadas, sendo 471 pardas¹⁴ e 1.332 pretas¹⁵. Observamos o número maior de escravizados nesta freguesia, isso ocorria possivelmente porque era onde ficava localizada a subida para o Campo de Santana ou Rua dos Negros (atualmente próxima à Praça João Luís Ferreira e Rua Eliseu Martins), local da cidade de Teresina onde, segundo Mairton Celestino, a cultura negra podia se manifestar com mais intensidade através dos batuques e das festas religiosas¹⁶.

¹² Segundo Maria Mafalda B. de Araújo, o período chuvoso ocorria entre os meses de janeiro e abril, e o período seco, entre os meses de agosto e novembro.

¹³ ARAÚJO, Maria Mafalda B. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1995, p. 50.

¹⁴ Segundo o vocabulário português e latino, da primeira metade de século XVIII, o termo pardo significa: "Cor entre branco e preto, própria do pardal, donde parece lhe veio o nome. Homem pardo. Vid. Mulato". BLUTEAU, Raphael, 1712-1728, Coimbra. Disponível em: <http://escolaprof.wordpress.com/2008/06/07/o-mais-antigo-dicionario-da-lingua-portuguesa-agora-online/>. Acesso: 24/03/20.

Conforme esse vocabulário, as definições dos termos pardo, mulato e mestiço são associadas aos termos cor, raça e espécie. Também podemos analisar o termo pardo como um traço marcante do modelo de sociedade que se desenvolveu a partir da colonização portuguesa no Brasil. Esta palavra possui um sentido dinâmico e complexo ligado à noção de cor, mistura, hierarquia social, proximidade com o mundo da liberdade e diversos tipos de relações como apadrinhamento, parentesco, matrimônio, entre outros. Podemos entendê-la como indicativo de um lugar social e não como o simples desfecho do processo de miscigenação. TOSTES, Ana Paula Cabral. Um olhar social sobre o século XVIII: os significados da categoria pardo numa sociedade de Antigo Regime. In: XIV ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH- Rio de Janeiro Memória e patrimônio, 2010. Rio de Janeiro, 2010.

¹⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Recenseamento Geral do Império em 1872. Relatórios de Presidente de Província.

¹⁶ SILVA, Mairton Celestino da. *Batuque na rua dos negros: cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social). Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008, p. 43.

A Vila do Poti, antes da transferência da capital de Oeiras para Teresina, contava com apenas 49 habitantes. Conforme Monsenhor Chaves, em junho de 1851, a cidade de Teresina possuía 963 casas, sendo 433 sólidas (de adobe) e 530 frágeis (de palha) e mais de oito mil habitantes; no ano de 1870, a população aumentou consideravelmente para 21.692 habitantes entre livres e escravizados, tendo 539 casas, 1.037 choupanas (casa pobre, coberta de palha) e 17 edifícios públicos¹⁷.

Na segunda metade do século XIX, com o Recenseamento Geral da Nação de 1872, podemos constatar que em toda a Província do Piauí havia cerca de 250.000 pessoas, das quais 28.795 eram escravizadas. As cidades de Oeiras e Teresina foram as que apresentavam um número significativo de escravizados. A cidade de Oeiras possuía um número total de 12.794 habitantes, dos quais 10.807 eram livres e 1.987 eram escravizados; a cidade de Teresina possuía um número de 21.691 habitantes, dos quais 18.618 eram livres e 3.073 eram escravizados¹⁸.

Por meio do Recenseamento Geral da Nação, ressaltamos que a população de escravizados que predominava na cidade Teresina era de crioulos¹⁹ nascidos na própria Província, e mestiços, incluindo os pardos e os caboclos²⁰.

Os escravizados responsáveis pela edificação dos prédios públicos e residências da nova capital foram transportados das Fazendas Nacionais²¹.

¹⁷ CHAVES, Monsenhor. *Obras completas*. Teresina: Fundação Cultura Monsenhor Chaves, 1998, p. 110.

¹⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Recenseamento Geral do Império em 1872. Relatórios de Presidente de Província.

¹⁹ O termo crioulo aparece nas listas nominativas e nos censos brasileiro, já foi assinalado pela historiografia, como um termo utilizado para diferenciar os negros nascidos no Brasil.

²⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relatórios de Presidente de Província. Recenseamento Geral do Império em 1872.

²¹ Após a expulsão dos Jesuítas do Brasil, as antigas fazendas de Domingos Afonso Mafrense, que tinham sido doadas à Companhia de Jesus, passaram para a Real Administração, sendo denominadas Fazendas do Fisco ou Fazendas do Real Fisco. Após a proclamação da

O requerimento do mestre de obras públicas da Província do Piauí, João Izidoro da Silva França, demonstra uma das formas de como esses trabalhadores chegavam à cidade de Teresina: “conduzindo os referidos bois”.

Tenho a honra de incluso remeter à Vossa Excelência duas relações sendo uma de oito bois mansos de carro, e outras cinco de escravos das Fazendas Fiscais, dois dos quais, de nome Pedro e Procópio, vieram conduzindo os referidos bois, e regressarão outra vez às suas respectivas fazendas, e os outros três ficarão empregados nas Obras Provinciais, e tantos os escravos, como os bois recebi no dia de ontem. Deus guarde à Vossa Excelência. João Izidoro da Silva França. Teresina 31 de janeiro de 1856²².

Os cativos poderiam ser transportados para a nova capital em barcos que saíam do porto de São Francisco, ou a pé, conduzindo os carros de bois²³. O número de trabalhadores escravizados que estava à disposição na construção da cidade de Teresina era reduzido. O mestre João Izidoro queixava-se em seus relatórios da pequena parcela de trabalhadores, dizendo que não bastavam escravizados ajudantes, eram necessários:

Um escravo para amassador, outro para traçador de cal, quatro para serventes de pedreiro, três para canoas passando cal,

Independência do Brasil em 1822, as fazendas tornaram-se patrimônio do governo imperial, passando à denominação de Fazendas Nacionais. As chamadas Fazendas Nacionais compreendiam, além dos rebanhos de gado vacum, cavalos e miúncas (criação de caprinos e ovinos genericamente denominados de “miúnça”, significa “animais de pequeno porte” ou “criação de pouco valor econômico”) as terras, os escravizados, os peões, os cercados ou poteiros e demais benfeitorias, e eram bens patrimoniais da Coroa Portuguesa até a independência política do Brasil.

²² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Primeira seção da tesouraria da Fazenda do Piauí, 31 de janeiro de 1856.

²³ LIMA, Solimar Oliveira. *Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)*. Passo Fundo: UPF, 2005, p. 134.

tijolos e cacos, três para andarem com o carro, dois para carregar água constantemente para o amassador, uma para estar com o covoqueiro na pedreira tirando as soleiras para as portas, três para irem ao mato carregarem madeira para a borda do rio, faz por todos os números de 18 – agora não tem bois e tenho empregado os aprendizes para carrearem pedras²⁴.

Notamos, através do Recenseamento Geral da Nação de 1872 e do pedido do mestre de obras na edificação da cidade de Teresina, um número reduzido de escravizados em comparação às outras cidades do Brasil. A edificação desta cidade teve seu início após a Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico negreiro e prescrevia punições mais rigorosas para quem dele participasse: “A importação de escravo no território do Império fica considerada como pirataria, e será punida pelos seus tribunais com as penas declaradas no artigo segundo da lei de 7 de novembro de 1831”²⁵.

A partir do ano de 1850, o tráfico interno intensificou-se, em especial na transferência de cativos das regiões nordestinas para as plantações de café do sudeste brasileiro²⁶. Durante a década de 1870, muitos negociantes e políticos dedicaram-se à captura e venda de escravizados, e a cidade de Teresina passou a ser um ponto de apoio para o tráfico interprovincial²⁷.

No ano 1871, houve a promulgação da Lei Rio Branco (Lei do Ventre Livre) que implementou novas medidas para a concessão de liberdade aos filhos de mulheres cativas nascidos a partir de 28 de setembro de 1871;

²⁴ NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*, v. IV. Teresina: FUNDAP, 2007, p. 87.

²⁵ BIBLIOTECA NACIONAL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Lei Eusébio de Queiroz, nº 581, de 4 de setembro de 1850, Tomo II, parte I, p. 203-205. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852.

²⁶ CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

²⁷ SILVA, Mairton Celestino da. *Batuque na rua dos negros: cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social). Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008, p. 44.

concedeu a liberdade aos escravizados da nação (Fazendas Nacionais); e a libertação anual através do Fundo de Emancipação. A Lei Eusébio de Queirós e a Lei do Ventre Livre comprometeram a permanência dos escravizados na cidade de Teresina, pois o Governo Imperial necessitava de trabalhadores no Rio de Janeiro e em outras províncias para a manutenção da lavoura de café.

As doenças e a *causa mortis* dos escravizados e libertos nos registros de óbitos da freguesia de Nossa Senhora das Dores entre 1869 e 1877

Mesmo possuindo um reduzido plantel de cativos em comparação às outras cidades do Brasil, notamos que a característica fundamental da formação social e econômica da cidade de Teresina estava balizada no trabalho escravizado. As relações escravistas, presentes nesse espaço, nos oferecem significações, visto que construíram um caleidoscópio de múltiplas imagens e a partir delas podemos analisar as causas das mortes e as condições de saúde dessa população.

Os registros paroquiais oferecem subsídios para observarmos realidades ainda pouco conhecidas como: os movimentos de óbitos refletindo costumes, tradições e mentalidades de um dado momento histórico, a condição de saúde de *causa mortis* da população escravizada e liberta. Os assentos analisados neste artigo são do Livro de Óbitos da Freguesia de Nossa Senhora das Dores entre os anos de 1869 e 1877, visto que este é o único registro paroquial disponível sobre o falecimento de escravizados e libertos na cidade de Teresina-PI.

A prática de registrar os sacramentos como o batismo e o matrimônio existe desde o século XVI nos países da Europa. No ano de 1539, intuiu-se

pela primeira vez o registro universal dos batismos e das mortes com a Ordenança de Villers-Cotterêts no Reino da França, mas sem obrigatoriedade. Após o fim do Concílio de Trento, houve a obrigatoriedade do registro de batismos, matrimônios e mortes de todos os indivíduos. Em 1591, em Portugal, as Constituições de Coimbra confirmaram o registro obrigatório e determinaram a confecção, em cada paróquia, de livros separados para batismo, casamento e óbito. No Brasil, em 1707, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia seguiram as recomendações do Concílio de Trento, e estabeleceram normas e a obrigatoriedade dos registros paroquiais²⁸.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia eram formadas por cinco livros e pretendiam considerar tanto as questões dogmáticas (da fé católica), como as atitudes frente às “coisas sagradas”, o comportamento dos fiéis no cotidiano, o procedimento desejável do clero e por último instituiu as sanções determinadas pelo descumprimento das disposições²⁹. A primeira parte das Constituições tratava dos sete sacramentos da Igreja Católica: batismo, confirmação, eucaristia, penitência, extrema-unção, ordem e matrimônio.

Quanto aos registros de óbitos, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia especificavam que as paróquias deveriam ter um livro para assentar os nomes dos defuntos, que o registro precisava ser feito até o terceiro dia do falecimento, escrito “no comprido”, sem abreviaturas ou algarismos. Todos os dados na seguinte ordem: data do falecimento, nome do sacerdote, estado civil, filiação, local, se era paroquiano ou não, idade (se pudesse saber), sacramentos recebidos ou sem eles, lugar do

²⁸ BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 146.

²⁹ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Edições do Senado, vol. 79. Brasília: Senado Federal, 2007.

sepultamento, se fez testamento, quantas missas e quantos ofícios queria por sua alma, se morreu pobre ou possuía algum patrimônio, se o enterro foi ou não pago³⁰.

Nos assentos de óbito, diferente do batismo e casamento, não se menciona um sacramento específico. No momento da morte, vários sacramentos podiam ser solicitados para garantir que sua alma fosse salva. Percebemos a concessão do sacramento da penitência no registro a seguir:

Aos quatorze dias do mez de janeiro do anno de mil oitocentos se setenta e três sepultou se no Cemitério publico desta cidade de Theresina capital do Piauhy, a adulta Leidiana, criôla, escrava de Francisco Augusto de Moura, natural e parochiana desta Freguesia de Nossa Senhora das Dores, a qual faleceu hontem, as cinco horas da tarde, de hydropesia, tendo vinte e oito annos de idade, foi confessada e encomendada pelo Reverendo Padre José Gomes de Castro vigário encomendado e amortalhada em pano preto, e para constar mandei fazer este assento que assigno.

Conego Thomaz de Moraes Rego³¹.

O assento de óbito da cativa Leidiana vai ao encontro do que era postulado pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Os senhores que se serviram dos escravizados em vida não deveriam esquecê-los na morte, encomendando as almas dos defuntos e mandando “dizer missas, e pelo menos sejam obrigados a mandar dizer por cada um escravo, ou escrava que lhe morrer, sendo de quatorze anos pra cima, a missa de corpo presente, pela qual se dará a esmola acostumada”³².

³⁰ D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, Título XLIX, nº 831, vol. 79. Brasília: Senado Federal, 2007, p. 292.

³¹ ARQUIVO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO. Registros de Óbito da Freguesia Nossa Senhora das Dores, 1869-1877.

³² VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, Título XLIX, nº 838, vol. 79. Brasília: Senado Federal, 2007, p. 294.

Para o registro dos óbitos, as regras não eram tão rigorosas como os registros de batismo e casamento. Além dos dados obrigatórios, era possível assinalar a cor, naturalidade do morto, sua idade, atividade que exerceu, a causa da morte e se este havia deixado testamento. As condições do enterramento poderiam vir mencionadas: tipo e cor da mortalha, o caixão e local do sepultamento³³. Como no caso do óbito de Luís, filho da escravizada Cândida, que foi envolto por uma roupa mortuária branca³⁴.

Aos vinte quatro dias do mês de abril do ano de 1869, sepultou-se no cemitério público desta cidade Teresina, capital do Piauí, o parvulo Luis, filho ilegítimo de Candida, escrava de D. Theodora Francisca, paroquiana desta freguesia de Nossa Senhora das Dores, o qual faleceu hoje de inchação, tendo dois meses de idade, foi encomendado e envolto em habito branco, e para constar mandei fazer este assento, em que me assino.

Padre José Gomes de Castro, vigário encarregado³⁵.

As especificações desse assento dizem respeito à mortalidade infantil, visto que Luis faleceu de uma doença não conhecida, aos dois meses; nos dados de filiação, constava filho “ilegítimo”, pois proveniente de uma relação extraconjugal ou de pessoas solteiras.

O Concílio de Trento instituiu a obrigatoriedade no registro de óbitos para evitar violações ao matrimônio, como, por exemplo, a bigamia, quando um dos cônjuges se casava novamente, como se fosse a primeira vez. A obrigatoriedade foi imposta pelo Papa Paulo V, em 1614, através do *Rituale Romanum*, que também conferiu o *Liber Status Animarum*, um censo

³³ MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. *Várias histórias*, nº 31, janeiro 2004.

³⁴ A roupa mortuária branca poderia simbolizar pureza ritual e paz.

³⁵ ARQUIVO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO. Registros de Óbito da Freguesia Nossa Senhora das Dores, 1869-1877.

recorrente das paróquias, com o levantamento nominal e por família, de seus membros e agregados maiores de sete anos³⁶.

Os registros paroquiais desempenhavam a função de registro oficial e público, sendo revestidos de força de ato civil. Além disso, serviam como fonte para os dados demográficos, como em 1872, onde se realizou no Brasil o primeiro Censo Geral, com a finalidade de traçar o perfil populacional e familiar do império. Os clérigos foram de grande estima, pois as unidades de registro eram as freguesias e, na ausência do juiz de paz, o responsável pelas informações era o próprio padre. Além de registrar os batismos, casamentos e óbitos nos livros de assentos, os padres deveriam preencher quadros, e enviá-los semestralmente para o presidente da Província. Nesses quadros constavam o número dos batismos, casamentos e óbitos, além de outras informações como a condição social, a idade e cor dos envolvidos³⁷.

A regulamentação cível para o registro dos casamentos, nascimentos e óbitos ocorreu em 1874, a partir do decreto nº. 5.604, assinado por João Alfredo Corrêa de Oliveira, Conselheiro, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Mesmo com a implementação desse decreto, as paróquias continuaram atuando no registro dos eventos vitais. Essa atuação foi cessada por meio do decreto nº. 9.886 de 07 de março de 1888, que revogou o anterior e suspendeu os efeitos cíveis dos registros eclesiásticos. A obrigatoriedade dos registros cíveis acompanhou a separação do Estado da Igreja no Brasil durante a segunda metade do século XIX.

Todos os seres humanos nascem e morrem, daí residindo a igualdade humana fundamental, sempre incontornável, por mais hierarquizados e

³⁶ MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. *Várias Histórias*, nº 31, janeiro de 2004.

³⁷ LOTT, Mirian Moura. Fontes paroquiais, suas permanências e mudanças: século XIX. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE RELIGIÕES, RELIGIOSIDADES E CULTURAS, 2006, Dourados. Universidade Federal da Grande Dourados-MS, 2006, p. 9.

excludentes que sejam os sistemas sociais³⁸. Assim, os registros paroquiais são importantes na investigação dos eventos vitais dos indivíduos, como os de óbito, por apresentarem uma riqueza historiográfica demarcadora de vários aspectos da saúde e doença aos escravizados e libertos na sociedade oitocentista.

No século XIX, antes do advento das teorias médicas, as doenças afligiam um grande número de pessoas, principalmente nos centros urbanos, onde as práticas terapêuticas e de higiene eram geralmente baseadas na tradição ou na religião³⁹. As doenças desse período eram classificadas e diagnosticadas diferentes em relação aos padrões atuais. De acordo com Curtin:

Doenças do século XIX, classificações e métodos de diagnósticos estavam longe de ser rigorosas em termos de padrões modernos. Febres como uma categoria de febre amarela, malária, febre tifóide, e muito mais – não apenas porque eles foram agrupados para efeitos de classificação, mas também porque médicos homens não podiam fazer sempre válidas distinções entre elas. Eruptivas febres “do mesmo modo abrangidos varíola, sífilis, tifo, sarampo”. Doenças dos pulmões podem ser tomadas para significar principalmente pneumonia e tuberculose [...] doenças intestinais foram claramente disenteria, mas sem outra distinção⁴⁰.

O diagnóstico da doença não era rigoroso e algumas vezes não comprovava a causa da morte da população. As *causas mortis* eram registradas de forma ambígua, com a apresentação de uma sintomática variada e um quadro específico para os nomes das doenças daquele

³⁸ BARBOSA, Keith; GOMES, Flávio. Doenças, morte e escravidão africana: perspectivas historiográficas. In: PIMENTA, Tânia Salgado et al. *Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil*. Outras Letras, 2016, p. 273-305.

³⁹ STEIN, Stanley J. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

⁴⁰ CURTIN, Philip. *Epidemiology and Slave Trade*. In: HEUMAN, Gad J.; WALVIN, James (Ed.). *The Slavery Reader*. Routledge, London, 2003.

momento histórico. Segundo Sônia Magalhães, existe uma dificuldade na apreensão da terminologia das moléstias, pois as nomenclaturas possuem denominações populares que variam conforme o tempo e o espaço, e por não haver padronização nos registros⁴¹.

Os elementos que identificam o quadro nosológico dos cativos e libertos indicam doenças, curas, condições de vida e morte. Essas condições podem estar relacionadas a questões mais gerais sobre o cotidiano da população escravizada e liberta, como má alimentação, falta de assistência, trabalhos excessivos, e se estavam enquadradas no contexto rural ou urbano⁴².

De acordo com Odilon Nunes, os cativos das Fazendas Públicas recebiam por um dia de trabalho nos canteiros de obra durante a edificação da cidade de Teresina 200 gramas de carne seca, duas canecas de farinha, meia de feijão, meia quarta de libra de toucinho, sal, milho cozido com rapadura e arroz, e sabão para lavar as roupas⁴³. Mas a situação dos escravizados era diferente da exposta por Odilon Nunes, além da condição subumana, os cativos tinham uma alimentação rarefeita composta basicamente por farinha e carne seca, que levava uma parte dessa população à morte. Essa base alimentar ainda sofria com o problema do abastecimento interno, visto que a capital não era autossuficiente na produção de farinha de mandioca, milho e arroz, e o período seco se estendia por quase todo o ano.

⁴¹ MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca, 2004, p. 119.

⁴² Cf. BARBOSA, Keith; GOMES, Flávio. Doenças, morte e escravidão africana: perspectivas historiográficas. In: PIMENTA, Tânia Salgado et al. *Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil*. Outras Letras, p. 273-305.

⁴³ NUNES, Odilon. A mudança da capital Teresina e seu desenvolvimento no Império. In: *Pesquisas para a História do Piauí*. v. IV, Teresina: FUNDAPI, 2007.

Dessa forma, a incidência de moléstias pode estar associada a disfunções da má alimentação, do trabalho excessivo e dos maus-tratos. Conforme o relatório de Jesuíno de Sousa Martins e Mamede Antônio de Lima, responsáveis pelas obras de edificação da cidade de Teresina, houve um aumento na quantidade de serviços, mas existia o atraso devido a diversas causas, uma delas era a má nutrição dos trabalhadores.

[...] Dizê-la, porém que o serviço tem aumentado ter assim deve acontecer; mas na pratica muitas vezes falha este princípio por diversas causas; bem como grande o serviço e mal desnutridos, quando por falta de boa direção senão faz quanto era possível fazer-se para acautelar que senão de alguma dessas causas, e ainda por outra senão vem a ser, que aquilo que os serventes assalariados forem em dois dias, por exemplo, os escravos fiscais podem fazer em quatro dias sem o mesmo atraso do serviço, e com economia de salário para a obra.

A comissão fez voltar para as fazendas em companhia dos portadores, que trouxeram bois mansos os escravos, que se achavam bastante doente para dela se guia para Oeiras, a fim se ser devidamente tratados e assim obrou por falta de meios para dar-lhes aqui o tratamento, que a moléstia parecia agir⁴⁴.

Fica evidente no relato que, além da má alimentação, os escravizados do fisco sofriam com as duras condições de trabalho, podendo fazer em quatro dias, sem atraso e com economia de salário para a obra, as mesmas atividades de um servente assalariado. O serviço era cansativo e os trabalhadores em geral eram malnutridos para a função que exerciam, assim, os que adoeciam eram encaminhados para Oeiras, pois Teresina não

⁴⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Fundo: Palácio do Governo. Série: Municípios. Subsérie: Teresina. Caixa: 250. Vila Nova do Poty, 4 de abril de 1854.

dispunha de um Hospital de Caridade, o que dificultava a conclusão da obra⁴⁵.

O Hospital de Caridade foi fundado na cidade de Oeiras (primeira capital do Piauí) por meio da Lei Provincial nº 19 de 4 de julho de 1835. Segundo o presidente de Província Manuel de Souza Martins, o hospital foi fixado numa casa alugada, apertada, imunda e servia para tratar “os escravos nacionais em suas moléstias [...] em que se curam todos os miseráveis indigentes de ambos os sexos, que se entregam a nossa Caridade”⁴⁶.

Em 1845, o hospital era o único estabelecimento de caridade que existia na Província do Piauí, e continuava a tratar dos enfermos indigentes e dos cativos das Fazendas Nacionais, ampliando seu quadro de atendimento para os presos e soldados do corpo fixo e de Polícia Provincial. O médico do Partido Público assinalou que o hospital possuía material suficiente para funcionar, que o serviço era regular, precisando da construção de um muro ao redor do edifício, com o objetivo de assegurar a segurança interna, e de salas arejadas e espaçosas⁴⁷.

Com a mudança da capital, o Hospital de Caridade continuou a funcionar em Oeiras. Na cidade de Teresina foi construída uma casa para abrigar um novo hospital, mas com o aumento do número de habitantes e com a falta de reparo ao edifício, este ficou “em completo estado de ruína”⁴⁸. Em 1861, o Hospital de Caridade passou a ser administrado pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, que recebia dez contos de réis

⁴⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Fundo: Palácio do Governo. Série: Municípios. Subsérie: Teresina. Caixa: 250. Vila Nova do Poty, 4 de abril de 1854.

⁴⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relatório do Presidente da Província de Manuel de Souza Martins, 1835.

⁴⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relatório do Presidente da Província de Zacarias de Góes e Vasconcelos Martins, 1845.

⁴⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relatório do Presidente da Província Pedro Affonso Pereira, 1872.

para atuar no combate às enfermidades e “receber nas enfermarias de seu hospital um grande número de enfermos pobres, que não podem hoje ser cobertos com o manto protetor da caridade pública”⁴⁹.

Entre os anos de 1859 e 1879, o movimento da Santa Casa de Misericórdia, em relação aos escravizados, não foi tão expressivo quanto aos outros grupos sociais. Durante esses anos, deram entrada na Santa Casa de Misericórdia 144 escravizados doentes, 130 tiveram alta e 14 faleceram. Segundo os dados da Santa Casa, as doenças mais comuns entre os escravizados eram: úlceras sifilíticas, bubões e cancos, catarro e febre, dores sifilíticas, ferida na goela e gonorreia⁵⁰.

À luz dessas informações, há duas possibilidades para a análise da condição de saúde, *causa mortis* e as moléstias que se manifestavam em escravizados e libertos na cidade de Teresina, na segunda metade do século XIX. A primeira pode ser baseada no trabalho de Mary Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*, em que existe um esquema de divisão das doenças que causaram a morte dos escravizados, enterrados no cemitério da Santa Casa do Rio de Janeiro, entre os anos 1833 e 1849. A autora utilizou grupos diferentes para classificar as doenças, são eles: infecto-parasitárias, sistema circulatório, sistema digestivo, sistema nervoso e neuropsiquiátrico, sistema respiratório, sistema osteomuscular e reumático, morte violenta ou acidental, primeira infância e má-formação congênita, gravidez e parto, doenças geniturinárias, doenças de pele e causas não definidas⁵¹.

A segunda possibilidade pode ser fundamentada na tese de Sônia Maria de Magalhães, *Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século*

⁴⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relatório do Presidente da Província Manuel Antonio Duarte de Azevedo, 1861.

⁵⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Sala do Poder executivo. Série: Municípios. Subsérie: Teresina. Mapa explicativo do Movimento do Hospital de Caridade, 1859 – 1879.

⁵¹ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 497-503.

XIX, que organizou e classificou as moléstias dos cativos em: da infância, gravidez e parto; infecciosas e parasitárias, do aparelho digestivo, do aparelho circulatório, de transtornos mentais e sistema nervoso, do sangue e nutricionais, do aparelho respiratório, do aparelho geniturinário, de neoplasias, de sintomas mal definidos, de pele e do tecido subcutâneo, de lesões, envenenamentos e outras causas externas⁵². Neste trabalho, optamos por abordar o quadro nosológico apresentado por Mary Karasch.

Em meio às *causas mortis* encontradas no livro paroquial referente à freguesia de Nossa Senhora das Dores, podemos identificar seis grupos de doenças elencados por Mary Karasch: grupo das doenças infecto parasitárias, sistema nervoso e neuropsiquiátrico, sistema respiratório, sistema digestivo, sistema circulatório, doenças geniturinárias e causas não definidas.

A maior incidência dos registros paroquiais está nas causas de morte por doenças não definidas, como o do párvulo Cosme, de dez meses, que faleceu de febre no dia 1º de outubro de 1869, e do cativo africano Parclino, que faleceu de quebra-dura no dia 20 de janeiro de 1876⁵³. A causa da morte em decorrência de “doenças não definidas” era registrada dessa forma, porque a sintomatologia era parecida com as de outras doenças e assim tinha a sua identificação inibida, não sendo possível determiná-la apenas com o que fora relatado na maioria dos assentos⁵⁴.

As *causas mortis* que reconhecemos como doenças de motivos desconhecidos são quase a metade das registradas na ata paroquial da Freguesia de Nossa Senhora das Dores. Foram registrados 69 assentos de

⁵² MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX*. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2004, p. 121.

⁵³ ARQUIVO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO. Registros de Óbitos da Freguesia Nossa Senhora das Dores, 1869-1877.

⁵⁴ REIS, Thiago de Souza dos. Doença e escravidão: Vassouras, 1865-1888. In: XIII ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH. Estado, poder e economia no Brasil dos séculos XIX e XX. Rio – Identidades, 2008. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

óbito durante o período analisado, sendo 34 concernentes às doenças de causas desconhecidas como inchação, febres, paralisia, fulminada, inflamação no interior, tumor, setenta, hemorragia de sangue e quebradura, e trinta e cinco referentes aos outros grupos elencados por Mary Karasch.

Se retirarmos as doenças por causas desconhecidas da análise, os dados obtidos na pesquisa apontam para uma maior incidência do grupo das doenças do sistema respiratório como: pleuris (inflamação da membrana que envolve os pulmões e reveste a cavidade torácica); garrotilho (doença de mormo, frequente em animais como cavalos, mulas e burros, pode contaminar humanos, provocando dificuldade para respirar, dor no peito e pneumonia); bronquite e doença defluxo (coriza e catarro). Muitos fatores poderiam corroborar para a existência das doenças do sistema respiratório como a insalubridade das casas e ruas, os hábitos de higiene pessoal que quase não existiam na sociedade oitocentista, e as intempéries climáticas, pois verificamos que os falecimentos registrados ocorreram na passagem dos meses mais quentes para os mais amenos.

Nos Relatórios de Presidente de Província, entre 1869 e 1871, observamos uma ligação entre a proliferação das doenças e a questão climática. Em 1869, o doutor Augusto Olímpio Gomes de Castro relatou que a saúde pública do Piauí não sofria com nenhuma alteração, apenas a população da capital padecia com “febres de mau caráter” (doença infecto-parasitária que conhecemos hoje como febre amarela), e que a moléstia poderia desaparecer quando as chuvas fossem mais abundantes e o calor menos intenso⁵⁵.

Nos assentos de óbito, as doenças do sistema nervoso e neuropsiquiátrico foram as que tiveram a segunda maior incidência entre os

⁵⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relatório de Presidente de Província. Saúde Pública. Augusto Olímpio Gomes de Castro, 3 de abril de 1869.

cativos e libertos. Com destaque para os espasmos e estupor (estado de inconsciência profunda de origem orgânica, em que o paciente não possui a capacidade de exibir reações motoras).

As doenças infecto-parasitárias tiveram a terceira maior ocorrência entre os sujeitos pesquisados. Identificamos bexiga, tísica (tuberculose) e câimbra de sangue (disenteria). Relacionamos quatro óbitos de escravizados entre os meses de janeiro e fevereiro de 1876, causados por bexiga ou varíola, doença muito comum no século XIX e que, segundo Langgaard, tinha uma “afecção febril, aguda e contagiosa, que desenvolve pústulas na superfície do corpo”⁵⁶.

No entendimento de Mary Karasch, as doenças infecto-parasitárias também poderiam ter como fator agravante a prática dos senhores enviarem seus cativos para as cadeias públicas com o objetivo de castigá-los. No encarceramento, os escravizados estavam mais propícios à disseminação dessas moléstias, pois a alimentação, a qualidade da água e o vestuário eram tão degradantes quanto fora das prisões.

Nos assentos paroquiais, oito escravizados tiveram como causa do óbito ligada às doenças do sistema digestivo, entre elas, dor de estômago, indigestão, vermes e hidropisia (barriga d'água). Observamos que, tanto as doenças do sistema respiratório quanto as do sistema digestivo poderiam ocorrer pela pouca higiene, falta de salubridade e saneamento.

A capital da Província do Piauí não possuía sistema de abastecimento de água, de iluminação pública, calçamento das ruas ou esgoto. As primeiras obras de infraestrutura para o abastecimento de água só ocorreram no início do século XX. Nesses primeiros anos, houve uma mobilização para a criação de uma rede de abastecimento, mas devido ao

⁵⁶ LANGGAARD, T. *Dicionário de Medicina Doméstica e Popular*. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1873, p. 280.

alto preço, poucos gozavam do privilégio de possuir água encanada. A qualidade da água era questionável e a população “percebia a clara vinculação entre a falta de cuidados com a água e as doenças que proliferavam”⁵⁷.

Figura 2. Companhia de água e esgotos do Piauí. Teresina, 1910.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí.

A iniciativa privada foi a responsável pela distribuição de água na capital. Em 1900, o governo concedeu por cinquenta anos o privilégio para o abastecimento de água e o serviço de iluminação elétrica a José Martins Teixeira, cerca de 500 casas foram abastecidas com água canalizada.

⁵⁷ BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo. Desejos, tramas e impasses da modernização (Teresina, 1900-1930). In: *Scientia et spes: revista do Instituto Camilo Filho*, Teresina, 2002, v. 1, n. 2, p. 295-314.

Segundo Teresinha Queiroz, o número de casas era calculado em aproximadamente 1.500, a média de habitantes por cada casa foi calculada em 10, portanto, deveriam ser atendidas aproximadamente 5.000 pessoas. Somente em 1903, o Estado interferiu no serviço, sob responsabilidade de Antonino Freire, diretor de Obras Públicas, Terras e Colonização do Estado⁵⁸.

Outros fatores poderiam estar ligados à proliferação e existência das moléstias que atingiam o sistema digestivo, como a ausência na limpeza e manuseio dos alimentos, e a proximidade com os locais que serviam de depósito de lixo⁵⁹. A falta de vestimenta adequada também poderia servir de acesso para a propagação de doenças.

Aos dose dias do mês de setembro do ano de 1870, sepultou-se no cemitério público desta cidade Teresina, capital do Piauí, o adulto Sabino, escravo do Capitão Custodio do Rego Monteiro, natural e parochiano da freguesia de Nossa Senhora dos Remédios da Villa de União, o qual faleceu de hydropsia, não tomou sacramentos, tendo vinte e oito annos de idade, foi encomendado e envolto em habito branco, para constar, mandei fazer este assento, em que me assino.

Padre José Gomes de Castro, vigário encarregado⁶⁰.

No caso apontado, Sabino faleceu de hidropisia. Para o doutor Chernoviz, essa doença, "dá-se o nome a todo o derramamento de serosidade em uma cavidade qualquer do corpo ou no tecido celular subcutâneo". Era uma moléstia causada por vermes que se encontravam na

⁵⁸ QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a república*. Teresina: UFPI, 1998, p. 24.

⁵⁹ VIANA, Iamara da Silva. Doenças de escravizados em Vassouras, 1840-1880: principais causas mortis e suas implicações. In: *Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016, p. 130-149.

⁶⁰ ARQUIVO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO. Registros de Óbitos da Freguesia Nossa Senhora das Dores, 1869-1877.

terra, onde provavelmente o cativo Sabino tinha contato direto, por andar descalço, pelo frio úmido e o temperamento débil que predispõem a este gênero de infecção, e pela alimentação insalubre ou insuficiente⁶¹.

A hidropisia era uma das doenças destacadas no *Dicionário de Medicina Popular* do doutor Pedro Luiz Napoleão Chernoviz⁶². O prognóstico, de acordo com Chernoviz, dependia de várias circunstâncias, não sendo possível estabelecê-lo de uma maneira geral, visto que essa moléstia se curava frequentemente de forma espontânea, por suores ou urinas abundantes. Em geral, o tratamento consistia no emprego dos meios próprios para determinar as secreções derivativas, tais como os purgantes, os diuréticos e os sudoríficos⁶³.

Essa moléstia poderia ser diagnosticada em várias partes do corpo: na cabeça, nas articulações, no coração, nos ovários, nos olhos, no peito, no tecido celular e no ventre. O receituário variava de acordo com o local investigado pelo médico, leigo ou curandeiro. A seguir, uma receita com os vários tipos de medicação para combater hidropisia no ventre:

⁶¹CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Dicionário de Medicina Popular e das ciências acessórias para uso das famílias*. 6. ed. Pariz: A. Roger & F Chernoviz, 1890, p. 160.

⁶² O *Dicionário de Medicina Popular e Ciências Acessórias* foi escrito pelo doutor Pedro Luiz Napoleão Chernoviz e foi publicado pela primeira vez no Brasil no ano de 1842. A obra permitia que a população sem qualquer tipo de formação adquirisse um pouco de conhecimento médico com o intuito de diagnosticar e tratar as doenças. Tanto médicos oficiais, os autodidatas e as pessoas leigas que exerceram ofícios de cura utilizavam os manuais de medicina popular. Assim, a obra colaborou para a divulgação do saber científico/médico como um instrumento para difundir as práticas e saberes aprovados pelas instituições médicas no dia a dia da população dos oitocentos, além de auxiliar no movimento de aprovação do discurso médico.

⁶³ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Dicionário de Medicina Popular e das ciências acessórias para uso das famílias*. 6. ed. Pariz: A. Roger & F Chernoviz, 1890, p.161.

Figura 3. Receita dos medicamentos contra hidropisia no ventre.

<i>Pilulas contra a hydropisia.</i>			
Scilla.....	10 centigrammas.		
Digital.....	10	—	
Escamonéa	10	—	
Faça 1 pilula, e como esta mais 35. Tomem-se 3 por dia.			
<i>Outras pilulas contra a hydropisia.</i>			
Coloquintidas	10 centigrammas.		
Gomama-gutta.....	10	—	
Colomelanos	5	—	
Faça 1 pilula, e como esta 17. Tomem-se 3 pilulas por dia.			
<i>Outras.</i>			
Colchico.....	10 centigrammas.		
Extracto de zimbro.....	20	—	
Faça 1 pilula, e como esta mais 33. Dóse : 4 a 8 pilulas por dia.			
<i>Outras.</i>			
Extracto de cainca.....	10 centigrammas.		
Digital em pó.....	5	—	
Faça 1 pilula, e como esta mais 35. Dóse : 3 a 6 pilulas por dia.			
<i>Pós diureticos.</i>			
Nitro.....	10 centigrammas.		
Scilla.....	5	—	
Canella.....	5	—	
Faça 1 porção, e como esta mais 35. Tomem-se 3 a 6 porções por dia n'uma chicara de infusão de parietaria.			
<i>Vinho diuretico.</i>			
Vinho branco generoso.	2000 gram.	Scilla	5 gram.
Casca de Winter.....	30 —	Bagas de zimbro.....	5 —
Casca exterior de limão.	30 —	Macis	5 —
Quina em pó.....	15 —	Losna.....	4 —
Angelica.....	15 —	Herva cidreira.....	4 —

Fonte: Dicionário de Medicina Popular e Ciências Acessórias. Dr. Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, 1890.

Além das variáveis relacionadas à acessibilidade ao *Dicionário de Medicina Popular*, ao prognóstico da doença e à forma de medicação,

ainda existia a desatenção dos senhores aos primeiros sintomas das moléstias, preferindo tratar o cativo quando já estava evidentemente instalada a doença, o que dificultava a cura⁶⁴. Com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós em 1850, o número de escravizados traficados do continente africano diminuiu, conseqüentemente, o valor dos escravos aumentou e houve uma mudança de postura no cuidado com os cativos pela necessidade de os senhores manterem os seus plantéis.

Por fim, foi assinalado nos registros o falecimento do párvulo Nicolau, de quatro anos de idade, filho natural da cativa Lourinda, que morreu de retenção de urina (doença geniturinária), e o óbito de Mônica, que faleceu de sofrimento do coração (doença do sistema circulatório).

A análise da mortalidade nos conduz para a diferenciação entre o sexo e a idade dos sujeitos. Na classificação referente à faixa etária, classificamos como párvulo/inocente/ criança de 0 a 10 anos de idade; infantes, de 11 a 14 anos de idade; adultos, de 15 a 50 anos de idade; idosos, de 51 anos ou mais, e os que a idade não estava registrada. Foi possível identificar que, na relação entre as causas da morte e a faixa etária, a maior incidência de mortes foi em adultos. Desses registros, a maioria é de óbito por doenças de causas desconhecidas como febres, tumor, "fulminada" e inflamação. Na sequência, aparecem as doenças infecto-parasitárias, seguidas pelas doenças do sistema digestivo, doenças respiratórias, doenças do sistema nervoso e doenças do sistema circulatório.

A segunda faixa etária de maior incidência foi de párvulo/inocente/ criança, com o registro de 28 óbitos, em sua maioria de doenças sem causa definida (febres) e doenças do sistema nervoso e neuropsiquiátrico (espasmos). Esses dados apontam um alto índice de mortalidade infantil

⁶⁴ STEIN, Stanley J. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 223.

devido aos riscos de exposição às doenças que começavam na hora do parto.

O controverso na sociedade teresinense em relação à capital do Império é que a maior quantidade de óbitos, na faixa etária de 0 a 10 anos, não tinha como *causa mortis* distúrbios digestivos, respiratórios e a amamentação mercenária (mães escravizadas com filhos recém-nascidos e que eram obrigadas a ser amas de leite), como aponta Margareth Rago⁶⁵, mas doenças do sistema neurológico. A idade das crianças que tiveram óbito registrado como espasmos era de 1 a 6 meses de vida, assim, a causa poderia ser desde problemas genéticos, má-formação, falta de oxigênio durante o trabalho de parto, os baixos níveis de magnésio ou potássio na alimentação.

Na faixa etária dos idosos, a maior incidência de óbitos foi de doenças do sistema digestivo. Não identificamos nenhum registro na faixa etária dos infantes.

A diferença de mortalidade entre os sexos não foi discrepante, foram registrados 35 óbitos do sexo feminino e 34 do sexo masculino. No grupo de *causa mortis*, a que mais afetou o grupo do sexo feminino, desconsiderando as causas de morte não definidas, foram as doenças do sistema digestivo, com destaque para dor de estômago, indigestão e hidropisia. No caso do sexo masculino, a pleuris, doença do sistema respiratório, foi a de maior incidência.

Além dos dados relativos às causas da morte e às doenças, divisamos um leque de possibilidades quanto ao uso dessa fonte. Entre essas perspectivas, estão a filiação e o uso das mortalhas.

⁶⁵ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 126.

Quanto à filiação, percebemos o predomínio de mães escravizadas e que a condição jurídica indicada foi de “filho (a) ilegítimo (a)”. Assim, constamos que as mães eram solteiras e que ilegitimidade poderia ser em consequência de uma relação consensual, não legalizada formalmente pelo matrimônio, proveniente de violência, ou originária de adultério, ou seja, quando o pai ou a mãe eram casados, e o(a) filho(a) era fruto de relação extraconjugal.

Nos registros pesquisados, identificamos a predominância de mortalhas brancas em crianças, adultos e idosos. Essa cor de mortalha tradicional poderia significar pureza, paz, alegria da vida eterna, e era a cor fúnebre de grupos africanos. Encontramos também mortalhas pretas que, segundo a concepção da Igreja Católica, era a cor da “penitência”, e mortalhas azuis, de Nossa Senhora e do Menino Deus⁶⁶.

A roupa mortuária era um objeto simbólico de múltiplos sentidos. Poderia exprimir a importância do ritual de passagem, a integração do morto ao outro mundo, a proteção na viagem rumo ao paraíso, ou um disfarce do pecador. De todas as formas, representava a “glorificação do corpo em benefício da glorificação do espírito, uma das evidências mais fortes da analogia que se fazia entre o destino do cadáver e o destino da alma”⁶⁷.

Considerações finais

Após examinarmos os assentos de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora das Dores da cidade de Teresina-PI, entre os anos de 1869 e 1887,

⁶⁶ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 120.

⁶⁷ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 124.

com base na análise dos dados quantitativos e qualitativos nos diferentes documentos contrapostos, observamos que as causas das mortes e as doenças nos escravizados e libertos são de difícil constatação. Os assentos trazem em sua maioria a denominação “doença não definida”, ou seja, doenças que abrangiam termos muito amplos que não revelavam o verdadeiro motivo do falecimento.

As causas de morte mais presentes nos registros atestavam que doenças do sistema respiratório, sistema nervoso e neuropsiquiátrico e infecto-parasitárias são as que mais afligiam a vida dos escravizados e libertos. Essas moléstias, principalmente as infecto-parasitárias, durante o início do século XX, continuaram a ser as de maior expressividade e incidência entre a população na capital piauiense.

Vale destacar que as doenças têm relação intrínseca com a alimentação, vestimentas, condições sanitárias, higiene, salubridade e desgaste físico. Todos esses fatores influenciavam as condições dos escravizados e libertos, mesmo que não sejam registradas de forma direta nas fontes analisadas.

E que os registros de óbito além de oferecerem subsídios para o estudo da saúde e da doença, fornecem outras possibilidades de pesquisa como a filiação, os rituais fúnebres, a procedência e cor do cativo ou liberto.

Dessa forma, os registros paroquiais são instrumentos para mensurar a condição de saúde e as enfermidades mais frequentes entre a população. Esses assentos nos auxiliam no estudo da História da Saúde e das Doenças e ampliam as possibilidades de pesquisa para a percepção de como estava estruturada demográfica e socialmente a população escravizada e liberta, evidenciando a vida cotidiana desses sujeitos históricos que ao longo do tempo foram anônimos e silenciados por uma produção historiográfica tradicional.

Por fim, analisamos “existências reais; que se lhes pudessem dar um lugar, uma data, que por detrás destes nomes que já não dizem nada, que por detrás destas palavras breves [...], tenham havido homens que viveram e morreram com os seus sofrimentos, as suas malfeitorias, os seus ciúmes, as suas vociferações”⁶⁸.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Keith; GOMES, Flávio. Doenças, morte e escravidão africana: perspectivas historiográficas. In: PIMENTA, Tânia Salgado et al. *Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil*. Outras Letras, p. 273-305.
- BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 141- 172.
- BECKER, Carolina Bittencourt. *Um estudo dos escravos a partir dos registros de óbitos* (Alegre, Rio Grande do Sul, 1822-1850).2011. Monografia de especialização (História do Brasil). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*.1871, Tomo XXXI, Parte I, Rio de Janeiro, 1871, Lei do Brasil nº 2040 de 28 de setembro de 1871 - Lei do Ventre Livre, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Coleção das Leis do Império do Brasil*.1850, Tomo II, Parte I, p. 203-205, Lei Eusébio de Queiroz, nº 581, de 4 de setembro de 1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850.
- BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo. Desejos, tramas e impasses da modernização (Teresina 1900-1930). In: *Scientra et spes: revista do Instituto Camilo Filho*, Teresina, 2002, v.1, n.2, p.295-314.
- CHAVES, Monsenhor. *Obras Completas*. Teresina: Fundação Cultura Monsenhor Chaves, 1998.
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Dicionário de Medicina Popular: E das ciências assessórias para uso das famílias*. 6ª. ed. Pariz: A. Roger & F Chernoviz, 1890.
- COSTA, Francisco H. Vaz da. *De Relance: a construção da civilidade em Teresina* (1900-1930). Teresina: 2009.
- CURTIN, Philip. Epidemiology and Slave Trade. In: HEUMAN, Gad J.; WALVIN, James (Ed.). *The Slavery Reader*. Routledge, London, 2003.
- FIGUEIREDO, B. G. As doenças dos escravos: um campo de estudo para a história das ciências da saúde. In: *Uma história brasileira das doenças*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. p. 252-273.
- FONTINELES FILHO, Pedro Pio. *Desafiando o olhar de medusa: a modernização e os discursos modernizadores em Teresina, nas duas primeiras décadas do século XX*.

⁶⁸ FOUCAULT, Michel. *A vida dos homens infames*. Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 206.

2008. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Programa de pós-graduação em História do Brasil. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008, p. 59-60.
- FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p.203-222.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- LANGAARD, T. *Dicionário de Medicina Domestica e Popular*. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1873.
- LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)*. Passo Fundo: UPF, 2005.
- LOTT, Mirian Moura. Fontes paroquiais, suas permanências e mudanças: século XIX. II *Simpósio Internacional sobre Religiões, Religiosidades e Culturas*. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados – Mato Grosso do Sul, 2006.
- MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX*. 2004. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2004, p. 121.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. *Várias Histórias*, nº 31, janeiro 2004.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. Dos registros paroquiais à demografia histórica no Brasil. In: *Anais de História*, Assis, 1983.
- NUNES, Odilon. A mudança da capital Teresina e seu desenvolvimento no Império. In: *Pesquisas para a História do Piauí*. v. IV, Teresina: FUNDAP, 2007.
- POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.6.
- QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*. Teresina: EDUFPI, 1996.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- REIS, Thiago de Souza dos. Doença e escravidão: Vassouras, 1865-1888. *XIII Encontro de História Anpuh – Rio – Identidades*. Rio de Janeiro, 2008.
- ROSA, Maria Cristina; OLIVEIRA, Júlia Carvalho. Doença e escravidão no século XVIII: construindo um quadro nosológico. In: *Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. Belo Horizonte, Campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais, 08 a 11 de outubro de 2014. Minas Gerais, 2014.
- SILVA, Mairton Celestino da. *Batuque na rua dos negros: cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social). Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- STEIN, Stanley J. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- SOUZA, Talyta Marjorie Lira. *Filhos do Sol do Equador: as vivências e experiências cotidianas de trabalhadores negros na sociedade teresinense no final do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012, p. 83.

TELLES, Lorena Féres da Silva. "Inspeccionada e afiançada por médicos": amas de leite entre discursos e práticas da medicina (São Paulo, 1880-1920). In: PIMENTA, Tânia Salgado et al. *Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil*. Outras Letras. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016, p.178-208.

TOSTES, Ana Paula Cabral. Um olhar social sobre o século XVIII: os significados da categoria pardo numa sociedade de Antigo Regime. In: *Anais do XIV Encontro Regional da Anpuh- Rio de Janeiro, Memória e patrimônio*. Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010. Rio de Janeiro, 2010.

VIANA, Iamara da Silva. Doenças de escravizados em Vassouras, 1840-1880: principais causas mortis e suas implicações. In: PIMENTA, Tânia Salgado et al. *Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil*. Outras Letras, 2016, p. 130-149.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Edições do Senado Vol. 79. Brasília. Editora do Senado Federal, 2007.

Artigo recebido em 18/05/2020 e aprovado em 09/07/2020.